



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS

### ACTA N.º 3/2012

-----**SESSÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E CINCO DE JUNHO DE DOIS MIL E DOZE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS**-----

-----**PRESIDENTE – ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO EM SUBSTITUIÇÃO DE ADÃO JOSÉ FONSECA SILVA**-----

-----**1º SECRETÁRIO – CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO, EM SUBSTITUIÇÃO DE ANTÓNIO DOS SANTOS PIRES AFONSO**-----

-----**2º SECRETÁRIO – MARIA HELENA LOPES GONÇALVES, EM SUBSTITUIÇÃO DE CÂNDIDA DA ENCARNAÇÃO BAIXINHO**-----

-----Eram dezassete horas e trinta minutos, quando o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento do pedido de substituição dos seguintes Deputados Municipais: Adão José Fonseca Silva, Maria Helena Rodrigues Magalhães, João Lourenço Correia, Vitor Hugo Batista Matos, que foram substituídos, respectivamente, pelos senhores, Carlos Alberto Souto Pedro, Telma de Fátima Atalão Roma, Francisco Manuel Rosa e Maria Virginia Gonçalves de Sousa.-----

-----Deu conhecimento que a ausência do Sr. Presidente da Assembleia Municipal nesta sessão se deve a compromissos inadiáveis decorrentes da sua condição de Deputado na Assembleia da República.-----

-----Disse também que de acordo com o disposto no Regimento desta Assembleia Municipal, e se ninguém tiver nada a opor, convidaram para a Mesa da Assembleia a Deputada Municipal, Maria Helena Lopes Gonçalves. Ninguém se opôs.-----

-----O Deputado Municipal Sr. António Mário Pegado Lemos de Mendonça faltou por motivo justificado.-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Podence, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. José Carlos Torres.--

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Bagueixe, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. Duarte Santos Azevedo Martins-----

-----O Presidente da Junta de Freguesia de Espadanedo, pela impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, fez-se substituir pelo Sr. David da Silva Martins.-----

-----Verificada a lista das presenças, dela constavam 69 Deputados Municipais: António Afonso Salgado Ruano, António dos Santos Pires Afonso, Maria Manuela dos Santos, José António da Silva Madalena, Manuel António Machado Carvalho, Maria Inácia Rosa, Fernando

Humberto Gomes, Paulo Duarte da Silva Dias, Celina da Conceição de Sá Martins, Maria Helena Lopes Gonçalves, Manuel Duarte Queijo, Maria Raquel Cordeiro Moreno, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Isabel Maria Vaz Mesquita da Costa, Luís Inácio Fernandes Gonçalves, Manuel Luís Gomes Vaz, José Maria Peixoto Coutinho, Ana Rita Simão Rodrigues, Carlos Alberto Camelo, Maria Inês Falcão Bárrios, Manuel Alberto Rodrigues, António Joaquim Correia, Rogério Paulo Esteves Martins, Maria Idália Ferreira Correia Mateus, Judite Maria Paulos Lino, Luís Adelino Batista, Alberto Manuel Pinela Salgado, Maria José Alves de Lima, José Fernando Lopes, Cândida da Encarnação Baixinho, António Carlos Manso Gonçalves, Helena Isabel Pires Seabra, António Joaquim de Araújo Oliveira, Maria Virgínia Gonçalves de Sousa, Telma de Fátima Atalão Roma, Carlos Alberto Souto Pedro, Luís Manuel Colmieiro Rodrigues, Humberto José Trovisco, Artur do Nascimento Vasco Parreira, Duarte Santos Azevedo Martins, António Miguel Vinhas Romão, Arménio Augusto Carvalho, Carlos Alberto Brás Cabanas Justo, José António Génio, Manuel António Mendes Vieira, Eduardo João Martins Pereira, José Manuel Cova Veigas, David da Silva Martins, Manuel André Pires Morais, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Manuel Augusto Vilarinho Pinto, Armindo Caseiro Cepeda, Maria José Filipe Ventura Freitas, José Carlos Torres, Marco Aurélio Pinto Ferreira, Gualter do Nascimento Mesquita, António João Alves Trovisco, Rui Manuel Cosme Santos, Moisés do Espírito Santo Caseiro, Maria Delfina Guiomar Sarmento, Camilo António Morais, Joaquim Manuel Ferreira Seabra, Benjamim do Nascimento Pereira Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro, Manuel António de Sá Mico, Maurício dos Santos Correia, Sérgio Avelino Lino e Gumesindo António Gomes. Não compareceram 8, João Manuel Fernandes, Mário Filipe Borges Teles, José Libório Ramalho, António Sérgio da Silva Botelho, Francisco António Martins, Maria Isabel Moreno Xavier Escudeiro, António Mário Pegado Lemos de Mendonça e Francisco Manuel Rosa.-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, deu conhecimento de toda a correspondência recebida até esta data na Assembleia Municipal, colocando-a à disposição de quem a pretendesse consultar.-----

-----Deu conhecimento que foi distribuída a acta da sessão extraordinária realizada no dia 19 de Novembro de 2011, informando que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à mesma podê-lo-ia fazer. Ninguém pretendeu usar da palavra.-----

-----Posta de imediato à votação foi aprovada por unanimidade dos 69 membros eleitos presentes.-----

-----Seguidamente, informou que quem pretendesse usar da palavra, relativamente à acta da sessão ordinária do dia 30 de Abril de 2012, podê-lo-ia fazer. -----

-----Assim, pretendeu usar da palavra:-----

-----**MARIA MANUELA DOS SANTOS (PS)** – Disse que a transcrição da acta da palavra ouvida para a palavra escrita é demorada e fastidiosa, processo que conhece bem porque já teve de o fazer. Pede desculpa aos transcritores por quem tem o maior respeito, mas solicita e agradece que na sua intervenção no ponto referente à ULS, fiquem transcritos os excertos que leu do Mensageiro de Bragança, bem como os comentários que fez sobre cada um deles. Pode



parecer preciosismo a mais, mas como está os leitores não conseguem perceber o que foi dito e porque foi dito pois não vão ter o Mensageiro de Bragança para poder ver. E como diz o mestre, “se fui eu que errei que é o mais certo, peço desculpa; se foram vocês que erraram ou perceberam mal, estão desculpados.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, disse que os serviços iriam proceder à retificação da acta 2/2012, de 30 de Abril, de acordo com o solicitado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal.-----

-----Seguidamente foi a acta posta à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 68 votos a favor e uma abstenção do Deputado Municipal, Sr. Rogério Martins, por não ter participado na reunião a que esta acta se refere.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, disse ainda que a Mesa tinha uma justificação a dar ao Deputado Municipal, Sr. Rogério Paulo Esteves Martins, relativamente à comunicação recebida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal no dia 22 de Junho, a solicitar o agendamento para esta sessão de um assunto relacionado com um Referendo. De acordo com o Regimento desta Assembleia Municipal, para se poder proceder ao agendamento de qualquer assunto que seja solicitado por qualquer um dos Deputados Municipais, os assuntos têm de chegar atempadamente para que se possa proceder ao seu agendamento. Neste caso e para esta Assembleia Municipal a ordem de trabalhos ficou estabelecida e concluída no dia 11 de Junho, dia em que reuniu a Comissão Permanente, e o Sr. Deputado só remeteu o seu pedido no dia 22 de Junho.-----

-----Informou que apesar do assunto não ter sido agendado, poderá o Sr. Deputado falar do mesmo se assim o entender.-----

#### -----**PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Artigo 86º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 Janeiro)-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**LUÍS ADELINO BATISTA (PS)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Encerramento de Serviços da Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros e Retirada do helicóptero estacionado em Macedo de Cavaleiros – Moção:-----

-----Macedo de Cavaleiros, concelho que ganhou este estatuto há cento e cinquenta e nove anos, graças ao desenvolvimento/crescimento que alguns homens conseguiram imprimir-lhe, está prestes a ser disputado e a perder esse estatuto, como muito bem alguém já aqui disse nesta Assembleia se os macedenses nada fizerem para mudar o rumo que este concelho está a tomar com perda de serviços que acarreta como consequências perda de postos de trabalho e de características de bem-estar que alguém procura num local onde pretende viver. Assim para não alongar a lista que já é enorme e ameaça a passos largos tornar-se ainda maior, foquemo-nos apenas na saúde. O Hospital de Macedo de Cavaleiros inaugurado no dia 22 de Outubro de 1988, foi construído pensando-o com as valências de Medicina, Cirurgia, Pediatria e Obstetrícia em Internamento, Intervenção, Urgência e Consulta Externa apoiados por meios auxiliares de diagnóstico. Nasceu infelizmente como perdedor pois foi inaugurado logo à

partida sem Pediatria e sem Obstetrícia. Entretanto aparecem como mais valias a Ortopedia e a Fisiatria e mais tarde a Unidade de AVC e o Hospital Dia. Parecia ir entrar em período de franco desenvolvimento e crescimento. Foi ilusão de pouca dura pois em 2009 perde a Cirurgia de Urgência, de intervenção e de internamento e a Urgência de Ortopedia. Vem entretanto o serviço de ORL e com a saída em 2007 do Centro de Saúde das instalações do Hospital pensa-se numa Unidade de Cuidados Continuados/Paliativos. Vem o ano de 2011 e ORL sai sem se fazer anunciar. Com a recente publicação da Carta Hospitalar, o Hospital de Macedo, apesar da sua construção recente, da sua possibilidade em ser aumentado dado a envolvente que possui e da sua centralidade, é indicado como Hospital de proximidade o que o torna vulnerável a eventual encerramento pois segundo a definição justificação da Carta Hospitalar, “hospitais de proximidade, quando concretamente especiais necessidades de cuidados de saúde de proximidade sejam identificados e que os justifiquem. Dão-se aqui por exemplo as situações em que a acessibilidade geográfica ou temporal a um hospital de primeira linha sejam menos favoráveis, em que os hospitais de proximidade visarão prover um ponto de acesso de maior proximidade para cuidados de base a populações mais desfavorecidas, em que sejam prestados alguns cuidados de saúde hospitalares (em internamento ou em ambulatório), a utentes na fase aguda da doença”. Para um bom entendedor meia palavra basta e como tal estando concluída a IP2, o IC5 e a A4, deixa de haver razões para nossa Unidade Hospitalar existir.-----

-----O término do Serviço de Urgência Básica tem já data anunciada. Se não for antes será com a inauguração da A4, dado que o IC5 já está pronto. Acabando o SUB deixa de se justificar a existência de serviço de radiologia e de análises clínicas. Será que com essas condições poderemos manter a Unidade de AVC ou esta à semelhança de ORL (Otorrino) desaparece de um dia para o outro para Bragança onde está pensada a única Urgência Médico-Cirúrgica para a ULS Nordeste? E agora a anunciada retirada do helicóptero de socorro de Macedo de Cavaleiros, vem aumentar ainda mais a nossa apreensão com a saúde do nosso concelho e do nosso Distrito que aos nossos olhos se afigura como o primeiro passo para o encerramento do nosso Hospital. -----

-----Tendo em conta estes pressupostos a bancada do partido socialista, propõe: - Que este governo respeite as populações desta região do país, em particular do nosso concelho; - Que as reformas estruturais apregoadas pelo governo deixem de poder ser entendidas como meras medidas de cosmética, que pela sua componente estritamente economicista visam penalizar sempre os mesmos, as populações do interior do país e neste particular as populações deste concelho; - Que não só parem com o permanente esvaziar de valências do hospital mais central e com melhores instalações do distrito de Bragança, o de Macedo de Cavaleiros, como deva ser repensada a política da saúde do distrito, tendo em conta a rentabilização das infraestruturas e dos recursos humanos neles existentes; - Tendo em conta o seu historial e os resultados alcançados ao longo dos últimos anos nas áreas da Ortopedia e da Medicina Física e Reabilitação, que seja questionada e ponderada a integração na Rede Nacional de Referenciação, que ponha a Unidade Hospitalar de Macedo de Cavaleiros como uma Unidade



Hospitalar de Excelência nestas valências hospitalares; - Tendo em conta a centralidade de Macedo de Cavaleiros; - Tendo em conta que as acessibilidades intermunicipais do distrito de Bragança estão longe de responderem às necessidades dos seus cidadãos em particular no que ao transporte de emergência médica diz respeito; - Tendo em conta que a presença de um helicóptero de transporte de emergência estacionado em Macedo de Cavaleiros e ao serviço das populações dos distritos de Bragança, Vila Real e Guarda, faz parte de um processo negociado com o governo, com vista à ultrapassagem de constrangimentos provocados pelo encerramento de alguns SAP; - Tendo em conta que a preparação das condições logísticas para sedar o helicóptero e a sua tripulação em Macedo de Cavaleiros se traduziu num investimento significativo para a sua autarquia; - Tendo em conta que este meio aéreo de emergência médica abrange uma área direta de influência com cerca de meio milhão de habitantes; - Tendo em conta os inegáveis números de saídas efetuadas durante o tempo da sua operacionalização, mesmo para fora da área de influência referida, e que se traduziram em diversas vidas salvas, o Partido Socialista de Macedo de Cavaleiros exige ao governo a manutenção da sua operacionalização a partir deste heliporto, como já referido, construído exclusivamente para o efeito.-----

-----Após a discussão e votação desta moção, deve a mesma ser enviada aos órgãos competentes para conhecimento, nomeadamente Governo, na pessoa do Sr. Ministro da Saúde.”-----

-----**Devidamente apreciada a moção foi a mesma aprovada por maioria com 43 votos a favor e 26 abstenções.**-----

-----**MARIA INÊS FALCÃO BÁRRIOS (PSD)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ A Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, conciliou todos os esforços para que a Praia da Ribeira na Albufeira do Azibo já seja uma das finalistas a disputar a melhor classificação na categoria de “Praias de Albufeiras e Lagoas”. Para contextualizar a importância desta causa importa referir: com sede em Zurique, foi criada pelo Filantropo suíço Bernard Weber, a New 7 Wonders Foundation que lançou a maior votação à escala planetária jamais realizada para eleger as “Novas 7 Maravilhas do Mundo” em 2007. Partindo do conceito original criado por Bizâncio na Grécia Antiga, há mais de 2.200 anos, quando foram estabelecidas as “7 maravilhas”, que funcionaram como roteiro turístico, a ideia de Bernard Weber consistia em envolver a população mundial numa campanha de divulgação do património construído e com isso contribuir para a sua preservação. A eleição das “Novas 7 Maravilhas do Mundo” em 2007 foi o primeiro exercício democrático a nível mundial da história da humanidade. Todos os povos de todos os países, de todos os continentes, se reuniram para escolher algo em comum. Desta gigantesca campanha a nível mundial foi criada uma “memória comum”, que todos devemos recordar, são 7 símbolos de união que respeitam, honram e celebram a diversidade cultural do nosso planeta. Também em 2007 eleição paralela mais as – “7 Maravilhas de Portugal”; em 2009 – “7 Maravilhas de Origem Portuguesa no Mundo”; em 2010 – “7 Maravilhas Naturais de Portugal”; em 2011 – “7 Maravilhas da Gastronomia”; agora

em 2012 – “7 Maravilhas Praias de Portugal”, na categoria de “Praias de Albufeiras e Lagoas” surge a nossa Praia da Ribeira, integrada na Paisagem Protegida da Albufeira do Azibo.-----  
-----A Praia da Ribeira é reconhecida com Bandeira Azul a única como praia fluvial a nível Nacional, sinónimo da qualidade deste espaço e das diversas iniciativas de educação ambiental realizadas junto dos banhistas, com um areal impecável, integrado em extensa área verde e ajardinada. Não há monotonia com a oferta de atividades e recursos tais como a prática de canoagem, BTT, o campo de voleibol, que recebe anualmente a Final do Campeonato Nacional de Voleibol de Praia, tem ainda um parque infantil, a biblioteca volante, as barracas de artesanato e de produtos regionais, o bar e as roulottes de apoio onde o atendimento é feito por gente jovem e bem-disposta. Tem ainda estacionamento ordenado e bem sinalizado e serviços de segurança em permanência assegurada pela GNR. Como área de Paisagem Protegida, é mantida por diversas equipas um trabalho atento de limpeza, ao qual se juntam os pontos de separação de lixo colocados em áreas bem visíveis. A partir da Praia da Ribeira pode-se partir à descoberta de uma zona de enorme riqueza paisagística e biológica, refúgio para muitas espécies animais e onde florescem orquídeas selvagens. A aventura pelos bem cuidados e sinalizados trilhos, levam-nos ao encontro de paisagens deslumbrantes, podendo observar, nos diversos pontos criados para o efeito, algumas das espécies de aves que aí nidificam. A Praia da Ribeira é muito mais que uma praia é uma aventura surpreendente, permite ao visitante mergulhar no inconsciente, usar a imaginação, deixar fluir o pensamento a aventurar-se pela descoberta da Albufeira do Azibo, dos saberes: tradições, artes, que estão escritos na memória coletiva e genética dos Transmontanos. Há segredos que passam de geração em geração, embora a herança de um povo seja afetada por influências exteriores e por transformações de estruturas determinadas pela própria evolução, temos de continuar a ter uma atenção especial pelas nossas raízes e identidade cultural. Na envolvente, da Praia da Ribeira é possível conhecer um pouco da cultura, história e tradições do concelho. Na aldeia de Salselas o Museu Rural contém uma notável coleção de objetos testemunhos da forte relação entre o homem, a terra e a sociedade rural. Podence é conhecida pelos famosos Caretos, figuras ancestrais de grande tradição carnavalesca. As visitas à Casa do Careto e à Igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Purificação e Monumento Nacional, são obrigatórias. Para saborear a deliciosa gastronomia transmontana é muita a oferta de restaurantes, e para retemperar forças existem algumas unidades de turismo rural disponíveis e de alojamento local, salientando a aldeia de Santa Combinha que muito bem conserva a típica traça tradicional. Apesar das adversidades existentes no Nordeste Transmontano, há todo um conjunto de elementos de excelência, a qualidade ambiental, patrimonial e os produtos de qualidade, que configuram todo um saber fazer que nos permite encarar de forma otimista, embora pese o facto de as assimetrias terem estado a ser provocadas por um modelo socioeconómico que privilegia a concentração do investimento e da população nas áreas metropolitanas, assim em benefício da qualidade de vida desta população impõe-se que este ciclo seja travado. Cabe ao Município continuar a apoiar as iniciativas dos cidadãos nas suas instituições, de forma a poderem desenvolver a sua capacidade empreendedora com



dinamismo. Hoje todos sabemos que as estradas de bom piso romperam o isolamento do Nordeste Transmontano, permitindo fáceis ligações e até velocidades penalizadoras, da contemplação das paisagens habitadas por um povo que na sua singeleza revela uma experiência milenar e com ela uma autêntica filosofia de vida cheia de verdade.-----

-----Assim com a força de todos, unidos por esta causa e sem divisões partidárias vamos continuar a votar na Praia da Ribeira uma das “7 Maravilhas Praias de Portugal” pugnando para que esta seja eleita, cientes de que será uma mais-valia não só para o Nordeste Transmontano, mas especialmente para Macedo de Cavaleiros, com todos os benefícios que daí possam advir, logicamente todos os serviços ficarão a ganhar.”-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a seguinte intervenção:

“Da Freguesia dos Cortiços deram-nos conhecimento de algumas situações anómalas e que passamos a citar: - Na Rua Central ocorreu a rutura de um tubo. Essa rutura foi reparada, mas o pavimento ficou por colocar. Esta situação arrasta-se há, pelo menos, três meses. Também na Rua do Prado foi reparada a rutura de um cano mas os paralelos continuam amontoados em vez de serem recolocados nos devidos sítios. No Bairro dos Zimbros, a Junta de Freguesia mandou arranjar o caminho. Até aqui tudo bem, contudo foram danificadas as entradas de algumas propriedades e o mais grave foi a entrada da casa de habitação de uma senhora idosa, deficiente motora, que vê entrar a água das chuvas casa dentro sem poder fazer nada. Algumas pessoas afirmam ter já pedido soluções à Junta de Freguesia, mas nada foi feito. No entanto, repara-se o muro de uma propriedade privada, em nosso entender sem quaisquer responsabilidades públicas para o acto.-----

-----Um outro assunto está relacionado com a estrada 102.1, entre os Cortiços e o Cruzamento do Vimieiro que levou tapete ainda não há um ano. Esse troço está agora com vários buracos e os residentes dessas localidades atribuem os estragos aos camiões que passam por ali várias vezes ao dia para a construção da nova auto-estrada. Perguntamos à Exm.<sup>a</sup> Câmara se pretende responsabilizar a empresa e obrigá-los a reparar os estragos ou, se mais uma vez, vamos ser nós a pagar.”-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Disse que era seu propósito fazer uma intervenção na qualidade de Autarca, mas antes disso vai fazê-la enquanto cidadão, lamentando a ausência do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Adão Silva. Na sequência da intervenção do Deputado Municipal, Sr. Luís Batista é confrontado com uma notícia que é de hoje, mas que foi uma intervenção proferida no dia da Inauguração da Feira de S. Pedro e que tem o seguinte teor: “Helicópteros do INEM no Norte ficam alocados em Vila Real. Adão Silva Deputado do PSD, eleito pelo Distrito de Bragança considera uma boa solução a centralização do helicóptero do INEM que servirá o Norte do País em Vila Real. O que levará Adão Silva a concordar com a saída de um dos dois meios de emergência da região, nomeadamente Macedo de Cavaleiros, onde está sediado há cerca de três anos? O outro está alocado em Baltar, na Póvoa do Varzim, mas também sairá desta zona, uma vez que os meios aéreos de socorro vão ser reposicionados. Para o Deputado a mudança do helicóptero para o Distrito vizinho trata-se de uma resposta de qualidade atempada,

tecnologicamente capaz e humanamente aceitável.” – Não entende. “Adão Silva falava este sábado à tarde à margem da inauguração da Feira de S. Pedro onde disse que tem a garantia do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, que os dois helicópteros do INEM que operam no Norte, vão deixar de operar para ficar apenas em funcionamento um meio aéreo, que será instalado em Vila Real cujo Hospital dispõe de uma urgência polivalente. Apesar de haver alguma perda de postos de trabalho a solução vai ser melhor.” – Estas afirmações são graves. “Porque se pode responder ao socorro de vidas em perigo de uma forma mais eficaz e transporta-se o doente para o lugar certo, sem andar a perder tempo entre Hospitais intermédios, nomeadamente o de Bragança onde existe falta de especialistas, como cardiologistas, uma vez que no Distrito só há um.” – Obviamente que ao estarem a proferir este tipo de afirmações, estão a dar todos os argumentos para que nos acabem com todos os hospitais e que fiquem só com um. Portanto já todos devem estar a perceber o que lhes vai acontecer, um dia destes todo o Distrito vai ter de ser encaminhado para Vila Real. “Macedo de Cavaleiros passará a dispor de uma ambulância de Suporte Avançado de Vida devido à sucção do helicóptero que tinha sido instalado no concelho na sequência de um protocolo entre os Municípios do Distrito de Bragança e o Ministério da Saúde aquando do encerramento dos SAP.” - No entanto cumprimenta pela atitude patriota e em defesa dos interesses concelhios o Sr. Presidente da Câmara. Só espera que dê continuidade à sua intervenção e que os vá comandar numa intervenção e numa manifestação a favor da manutenção do helicóptero, tal como fizeram naquele célebre 25 de Abril. O Jornal diz: “O Presidente da Câmara está contra a perda de mais um serviço público no concelho e o helicóptero do INEM tem sido extraordinário para a região que é isolada.” – Ele é testemunha disso porque está muitas vezes de Serviço na urgência, quando o helicóptero do INEM intervém. “Além disso lembrou que foi realizado um investimento de 300 mil euros na criação de um heliporto e hangar, que assim ficará desperdiçado.” – Aqui tem toda a razão e deve pedir responsabilidades a quem cooperou com o Sr. Presidente e lhe pediu para fazer este tipo de investimento, que não foi assim tão pequeno.-----

-----Lamenta mais uma vez que não esteja nesta Sessão o Sr. Presidente da Assembleia, pois certamente iria explicar o porquê do teor da sua declaração. Não há razão nenhuma para que um macedense, alguma vez, dê razão seja ao que for, para a retirada de um serviço de um concelho que está a ser vítima de um Governo que só tem utilizado verbos do género, fechar, esvaziar e encerrar.-----

-----Na qualidade de Autarca fez um apelo ao Sr. Presidente da Câmara para o esclarecer da não resposta aos ofícios para ele enviados, pois foi confrontado pela sua Secretária que dos últimos 10 ofícios que enviaram para a Câmara Municipal, apenas tiveram resposta ao primeiro que foi em 2010, e por sinal a resposta foi negativa. Pretende saber o porquê de não lhe ser dada resposta, pois corre pelas bocas da aldeia que enquanto este Executivo se mantiver, a Junta de Freguesia de Talhas não terá resposta a nada.-----

-----Os assuntos que constavam nos ofícios, eram referentes à reparação de caminhos públicos, reparação de ruas, melhoramento da iluminação pública, intervenções de obras na





Junta de Freguesia, conservação e reparação de caminhos e limpeza de valetas. Por fim pediam um Gabinete de Apoio ao Cidadão, pois neste momento é a Junta de Freguesia que funciona como tal. Sobre as Grandes Opções do Plano já nem comenta.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, neste momento deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que começou por manifestar o seu desagrado pela forma como “macedenses” falam de Macedo e como imaginam coisas, pois até já têm data para o encerramento da urgência do Hospital. A forma como apresentam aqui todo este retrato, levam-no a interrogar-se se não será vontade que estas coisas se concretizem. O normal era dirigirem-se às organizações e instituições para se inteirarem das coisas. É necessário que de uma vez por todas se entendam, pois se estão a lutar por Macedo, pelas pessoas e pelos serviços, têm de deixar o discurso de “aves agoirentas” e serem construtivos pois a situação que presentemente vivem é muito desconfortável. Segue-se a confusão entre o helicóptero, o heliporto a ortopedia, a urgência, a traumatologia, o IP4, a A4 o IC5, afinal onde pretendem chegar? A previsão é fazer as estradas e depois fechar tudo? Garante que a informação que tem deste Governo é que não é para fechar. Tem também o compromisso do Governo que a urgência de Macedo de Cavaleiros fica e isto não tem nada a ver com o resto. Temos é de lutar por mais valências.-----

-----Referiu também a forma como o Deputado Municipal, Benjamim Rodrigues apresenta aqui as questões sempre com uma mistura embrulhada das coisas. Sobre a questão dos ofícios disse estranhar muito, mas irá verificar qual a razão de não ter havido o procedimento normal, que é a acusação de recepção e respectiva resposta.-----

-----Não podem generalizar as coisas e não podem misturar a estrada Limaões/Vinhas, com as Ruas de Talhas, pois estradas são estradas e ruas são ruas. Registou no entanto os aspectos que estão a precisar de intervenção. Quanto aos Gabinetes de Apoio ao Cidadão, informou que estes foram instalados num determinado período no âmbito de um projecto de descentralização administrativa. Há já algum tempo que deixaram de ser instalados novos Gabinetes de Apoio ao Cidadão.-----

-----**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Enquanto líder da Bancada do PSD disse que relativamente à moção apresentada nesta Assembleia pelo Partido Socialista, não deixando de reconhecer validade em alguns dos argumentos aduzidos, há uma carga muito negativa relativamente a datas concretas de encerramentos. Efectivamente estão todos a lutar contra o encerramento de serviços, estão preocupados porque há documentos e estudos que apontam para o encerramento, mas temos de continuar a acreditar pois tal como aconteceu no passado, com o anterior Ministro, que perante um estudo e a pressão da população, recuou e manteve serviços. A decisão política conseguiu sobrepor-se a critérios tecnocratas ou apenas a critérios técnicos. Neste momento encontram-se na fase em que as coisas estão em aberto e até há garantias da parte de responsáveis de que isto é apenas um estudo, parecendo-lhe claramente excessivo estar a falar e a apontar datas de encerramentos. Ainda nada está

decidido nesse sentido e as coisas mantêm-se como estão, não lhe parecendo por isso que a moção apresentada pelo Partido Socialista seja oportuna.-----

-----**ROGÉRIO PAULO ESTEVES MARTINS (B.E.)** – Começou por pedir desculpas à mesa da Assembleia pelo envio tardio da proposta mencionada pelo Sr. Presidente da Assembleia, substituto, e aproveitou para dizer que gostava de não ser o único representante quer enquanto Deputado, quer enquanto Partido a defender a intervenção da população nesta questão. Gostaria portanto que mais Deputados e mais Partidos defendessem a realização do Referendo, relativamente à Reforma Administrativa.-----

-----**JOSÉ MARIA PEIXOTO COUTINHO (PSD)** – Sobre a moção apresentada pelo Grupo do Partido Socialista que em determinado momento do texto diz: "...estando concluído o IP2, o IC5 e a A4 estão criadas as condições para o encerramento do Hospital...". Entende que não devem ser eles a dizer que estão criadas as condições para encerrar o Hospital, pois nunca serão criadas essas condições, quando muito poderão alegar condições, mas dizer que estão criadas as condições, não devem ser os macedenses a dizer isso.-----

-----**MARIA MANUELA SANTOS (PS)** – Fez a seguinte intervenção: "Tenho de dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara porque quem o conheceu como um simples Deputado como eu o conheci e agora o vê como Presidente da Câmara com a pujança e arrogância que o senhor tem, é mesmo de lhe dar os parabéns. A bancada do Partido Socialista e eu faço parte dela desde há muitos anos, sempre procurou que o Sr. Presidente da Câmara a ouvisse sobre determinados assuntos e a resposta foi sempre zero. Nós não podemos chegar junto do Sr. Presidente da Câmara e pôr-lhe as nossas apreensões, porque o senhor pura e simplesmente não as ouve. Em relação à bancada do PSD devo lembrar o seguinte: quando há uns anos se fez a manifestação, a Comissão de Saúde nessa altura já tinha tomado medidas, já sabia o que se ia fazer, como é que se ia fazer e porque é que se ia fazer e neste momento eu não vejo nada disso. Quanto à intervenção do Deputado Municipal, José Coutinho, aceito as críticas que são feitas em relação ao documento, mas devo lembrar-lhe que noutras ocasiões em que foram propostas moções do PSD, a bancada do Partido Socialista sempre se disponibilizou para de alguma forma as compor de modo a que fosse agradável ou justa com isso, e não estou a ver o mesmo por parte do PSD. Portanto não estamos provavelmente aqui a defender, aquilo que todos nós queríamos defender. Eu não gosto que me ataquem, por não ser de Macedo de Cavaleiros, vivo cá, sou portuguesa e se alguém luta por este concelho eu sou uma dessas pessoas! Nunca me senti à vontade para chegar junto de si e expor-lhe fosse o que fosse, porque o Sr. Presidente aqui mesmo nesta Assembleia chegou a dizer que conosco não tinha uma relação privilegiada como tinha com a outra banca. Não teve nem nunca vai ter, se continuar com essa postura de arrogância."-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Relativamente às respostas dadas pelo Sr. Presidente da Câmara disse que mais uma vez este não o surpreendeu, pois o Sr. Presidente continuou a ter um discurso demagógico, pouco objetivo, com muitas evasivas e pouco esclarecedor.-----

-----Continuou dizendo que caso ainda ninguém saiba, fruto da sua profissão (Ortopedista),



faz urgências e está constantemente a ser confrontado desde a abertura do IC5, com doentes a comunicarem-lhe que os Bombeiros têm ordens para levar todos os doentes no trajeto do IC5 para Vila Real. Alertaram sempre nesta Assembleia que estavam a caminhar para a perda de serviços e efetivamente já perderam a cirurgia, o otorrino, a ampliação do AVC e a urgência polivalente. Não é pura demagogia são casos reais e o Sr. Presidente da Câmara sabe muito bem disso. Não estão ali a fazer demagogia, pois discursos políticos quem os tem é o Sr. Presidente, eles só estão ali para defender os interesses de Macedo.-----

-----Disse também que ficou desiludido pelo facto de o Deputado Municipal, José Madalena na qualidade de líder da bancada do PSD, não apoiar a moção apresentada pelo Partido Socialista. Lamenta o facto, mas deixa a abertura por parte do PS, no sentido de ser o PSD a apresentar a moção que eles a irão subscrever. Continuam a não ter respostas a nada, mais uma vez as esperou e nada. Disse também que o discurso do Sr. Presidente da Câmara foi demagógico e político de tal forma que que até falou em datas de encerramentos.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, neste momento deu novamente a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que relativamente à intervenção da Deputada Municipal, Manuela Santos disse que o discurso da arrogância e da presunção não os leva a lado nenhum e portanto na sua opinião não vale a pena alimentá-lo. Da intervenção do Deputado Municipal, Benjamim Rodrigues depreende que certamente não terá estado com muita atenção à intervenção feita pelo Sr. Deputado Municipal, Luís Batista e às afirmações que fez. Disse também que as suas referências foram à intervenção que foi feita, como foi feita e ao que disse, tentando passar como factos. Não há aqui nenhum juízo de valor dos encerramentos feitos e das perdas. É certo que nunca disse e nunca pensou, porque sabe que efetivamente é verdade que tem havido perdas de serviços na Região, no Distrito, no Interior e em Macedo. Também sabe que o IC5 vai provocar uma grande moessa económica e social no Sul do Distrito, especialmente com impactos nas cidades com que há mais ligações. Ao nível da saúde principalmente com Bragança e ao nível comercial com Bragança, Macedo e muito com Mirandela. Quanto ao facto de haver essa referenciação podem ter certeza que vai usá-la pois uma coisa é os cidadãos escolherem entre ir para Bragança ou Vila Real e outra coisa são os CODUS, mas a rede de referenciação existe e deve ser cumprida, e se foi alterada à revelia não devia ter sido.-----

## -----**PONTO 2 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

### -----**PONTO 2.1- DEBATE SOBRE O DOCUMENTO “ESTUDO PARA A CARTA HOSPITALAR”, DA ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE**-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – A Comissão de Saúde da Assembleia Municipal analisou detalhadamente o documento chamado “Estudo para a Carta Hospitalar” encomendado a um grupo de especialistas e solicitado pela Entidade Reguladora de Saúde. Este documento deixou-os preocupados não só pelo que diz, mas também pelo que não diz. O documento refere-se a recomendações para a implementação de seis valências, nomeadamente a cirurgia geral, a neurologia, a pediatria, a obstetrícia, a infeciologia e a

medicina interna. Referiu que tomou nota de algumas conclusões que apontaram relativamente a este estudo, onde desde logo o Hospital de Macedo de Cavaleiros aparece classificado numa terceira categoria, ou seja um hospital de proximidade, que mais não é que um hospital de apoio aos Hospitais de primeira linha, assim classificados os de Mirandela e de Bragança e depois aos Hospitais Centrais que correspondem às urgências polivalentes. Parece-lhe também que em termos de documento, a questão da medicina interna está mal esclarecida e há alguma contradição. O documento em si assume que há uma oferta excessiva nos grandes centros, nomeadamente em Lisboa, Porto e Coimbra e neste particular têm assistido a uma posição de encerramento de serviços onde há excesso de oferta. Não é só o Hospital de Macedo que aparece afetado, o Hospital de Mirandela também perde o internamento de cirurgia geral, que deve limitar-se ao apoio à cirurgia de ambulatório. Só é prevista a cirurgia geral no serviço de urgência no Hospital de Bragança, 24 horas por dia. O CODU também já está a encaminhar muitos doentes para o Hospital de Vila Real, Via IC5. Conjugando tudo isto o documento é de uma forma implícita preocupante pelo que diz e pelo que não diz. Não faz referência à urgência de Macedo de Cavaleiros e só por isso já devia merecer a sua completa rejeição. Acredita que este estudo vale o que vale e que as decisões políticas atenderão aquilo que serão as necessidades reais de um território e que não serão implementadas tal como são apresentadas no documento. Sobre o helicóptero continua a defender o que sempre defendeu, não mudando em nada a sua opinião, pois a alocação do helicóptero em Macedo de Cavaleiros era justa e oportuna tendo a Câmara de Macedo feito um grande investimento no sentido de dotar a cidade de um heliporto licenciado inclusivamente pelo INAC que permite o voo noturno. A retirada do helicóptero de Macedo será defraudar as expectativas dos macedenses. Não há que fugir à questão, se o helicóptero for retirado de Macedo, o Distrito de Bragança fica pior servido e os tempos de resposta da emergência médica aumentam. Os macedenses não podem concordar com algo que vai prejudicar Macedo de Cavaleiros e a região. Quem está no Governo terá outra visão mas, os macedenses não podem concordar.-----

-----Seguidamente apresentou a moção que a seguir se transcreve: “A Unidade de Saúde do Nordeste é constituída por 15 Centros de Saúde e 3 Hospitais, num vasto território com cerca de 144.000 habitantes que estão distribuídos por 7.000km<sup>2</sup>, cerca de 40% do território da região Norte. Entende esta Assembleia Municipal que o orçamento de cerca de 90 milhões de euros da ULS do Nordeste, calculados com base numa capitação que não tem em devida conta a dispersão territorial das populações, com custos de funcionamento muito superiores a um centro urbano com a mesma população, é insuficiente.-----

-----Assim, a Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, reunida em sessão ordinária, apela ao Governo de Portugal, que tenha em devida conta as características da ULS do Nordeste, dotando-as de meios financeiros ajustados ao seu funcionamento, a par de outras ULS de características semelhantes, e de forma a evitar a degradação dos serviços de saúde prestados às populações. Esta moção é subscrita pelo Grupo do PSD e do CDS/PP e fica aberta à subscrição dos outros grupos.”-----



-----**Devidamente apreciada esta moção que foi subscrita pelos Grupos do PSD, CDS-PP e PS, foi a mesma aprovada por maioria com 68 votos a favor e 1 abstenção.**-----

-----**BENJAMIM DO NASCIMENTO PEREIRA RODRIGUES (PS)** – Relativamente à moção agora apresentada, certamente que o Grupo do PS a vai subscrever. Quanto à Carta Hospitalar vale o que vale, como já disse o Deputado Municipal, José Madalena pois é um documento de estudo que foi pedido pela Entidade Reguladora da Saúde e isto já significa muito. Devem estar atentos e expectantes, mas acima de tudo têm de estar prevenidos para poderem intervir em tempo útil, se for caso disso, para defenderem os interesses dos macedenses. Relativamente a Macedo de Cavaleiros as referências são poucas ou nenhuma e relativamente às especialidades, tirando a medicina interna em termos de Hospital não os afecta muito, afecta sim e é nisso que têm de ser críticos a Unidade Local de Saúde do Nordeste que irá ficar mais pobre. Relativamente às especialidades abrangidas, pessoalmente não entende a razão de persistir um pediatra em Mirandela, mas obviamente defende que tudo o que seja para ficar, é melhor do que extinguir. Relativamente a Macedo o documento passa muito ao lado, pois sabem apenas que irão funcionar como um Hospital de proximidade e não mais do que isso, daí a razão de dizer que o valor deste documento é o que lhe quisermos dar.-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Apesar de o PSD desvalorizar este documento, a verdade é que para a CDU nunca há fumo sem fogo, senão vejamos: Ao longo dos últimos 4/5 anos, o nosso hospital foi perdendo as suas valências mais importantes, nomeadamente o serviço de urgência médico-cirúrgica em cirurgia e ortopedia, entre outras. Presentemente, o PSD e o CDS, numa linha de continuidade de fecho de serviços, pretendem a passagem do nosso hospital, a hospital de proximidade, o encerramento do serviço de urgência e segundo notícia publicada no Jornal de Noticias de ante ontem, dia 23 de Junho, dentro de pouco tempo, perda do helicóptero na nossa cidade. Parece que estamos a jogar ao “faz de conta” em que no meio de 100 mentiras, aparece uma verdade, resta é saber qual. Não será já altura dos senhores deputados que estão na Assembleia da Republica e que lá estão porque os transmontanos os lá puseram façam jus ao que se diz ser “a garra transmontana” e mostrem aos seus conterrâneos que lutam por eles! E, como dissemos no início, não vale a pena dizer-se que a Carta Hospitalar, por si só, vale o que vale, e que as notícias nos jornais são só alarmes sociais, porque as experiências anteriores obrigam-nos a estar alerta. Sempre dissemos que iriam transformar o nosso hospital num segundo Lar de 3.ª Idade, mas ninguém nos deu ouvidos. Por tudo isto e mais uma vez apelamos à luta pelo reforço de meios técnicos e humanos, reposição das valências retiradas e, porque não, dotar o nosso Hospital de ainda mais valências. Se necessário fazer um apelo ao levantamento da população. Hoje não compreendemos qual foi o objectivo das faixas negras no edifício da Câmara; da manifestação em defesa do Hospital, quando verificamos que os senhores que hoje mandam fazem bem pior do que o Governo anterior”.-----

-----**ANTÓNIO AFONSO SALGADO RUANO (CDS)** – Disse que discorda um pouco das palavras do Deputado Municipal, José Madalena pois não acha que as opções tenham de ser muitas vezes políticas, pois já as tiveram anteriormente e com as quais pessoalmente discorda como foi o traçado do IC5 e da A4. Criaram inclusivamente um desenho que só está a prejudicar o Distrito de Bragança. Nessa altura ninguém contestou e neste momento ninguém sequer avalia essas decisões anteriores, assim como outras obras que se foram fazendo nesta situação, como é por exemplo o caso da Unidade Local de Saúde Nordeste que também seria questionável. Certo é, que as decisões vão sendo tomadas, vão-se fazendo asneiras e ninguém quer ter a iniciativa de as emendar e daí irem surgindo estes problemas. Parece-lhe no entanto que há situações que têm de se resolver e não podem ficar a dissertar sobre elas. A Carta Hospitalar não vale o que vale, pois esta já é a segunda, a outra já veio com o Dr. Correia de Campos e são as mesmas pessoas a fazê-la. Hoje é um, amanhã será outro, e não vamos ser ingénuos ao ponto de pensar que isto não existe e não está ali feito. Foi feito com aquele intuito e irá ser feito. Poderá, tal como disse o Deputado Municipal, Benjamim Rodrigues haver pormenores, mas há uma coisa que afirma; o Distrito de Bragança tem população e meios humanos para uma urgência médico-cirúrgica. Excepto em termos de medicina, os profissionais trabalham melhor quando estão junto a outros porque se ajudam. A questão aqui desde o princípio e na sua perspectiva é a localização da mesma, porque se calhar têm o problema de defenderem a descentralização, mas quando estão ali são centralistas e vai-se justificar a capital, independentemente da população que serve. Defendeu e continua a defender que se há urgência médico-cirúrgica deve ser em Macedo de Cavaleiros, pois é o sítio onde há meios para fazer. Também é preciso retirar daqui algumas coisas e é exequível fazer um plano para isso. Quanto às soluções não tem dúvidas em dizer que defende uma urgência médico-cirúrgica em Macedo, uma Urgência Básica em Mirandela e uma Básica em Bragança pois aí os meios estão alocados e com as novas alterações é perfeitamente possível fazer. Haverá outras coisas de apoio que poderão ser deslocadas, é só uma opção de trabalho. O problema é que nunca nos anteriores Governos isto foi sequer equacionado ou se permitiu discutir, porque se vão ter a ULS com Foz Côa, não faz sentido ter a urgência em Bragança, porque a IP2 nem sequer é considerada. Outra solução passaria por um Hospital especializado, e este até traria mais valias. Vale a pena discutir este assunto, pois continua a dizer que há todas as condições para ter a urgência médico-cirúrgica em Macedo, mas também têm de estar preparados para perder outras coisas.-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Na qualidade de Coordenador da Comissão de Saúde da Assembleia Municipal, disse que gostou de ouvir a intervenção do Deputado Municipal, Afonso Ruano e enquanto o ouvia ocorreu-lhe que tinha deixado algo por dizer relativamente a esta questão. A Comissão de Saúde no mandato anterior depois de ponderar e avaliar esta questão, tomou uma posição pública de defesa que foi que se houvesse racionalidade nas decisões, seguramente Macedo seria escolhida como centro para uma urgência médico-cirúrgica. Todos sabem que para além daquilo que é as decisões racionais, há uma questão de considerações e pressões políticas que inviabilizam



determinadas opções que seriam as mais assertivas. Diz também que não vão deixar cair essa bandeira e vão continuar a considerar que Macedo reúne condições para isso. Não sendo possível, defendem que grande parte da sobrevivência passa pela especialização e por se tornarem cada vez melhores naquilo que tão bem sabem fazer, que é por exemplo o caso da cirurgia ortopédica. Considera também que Macedo devia incrementar este serviço, pois tem condições para fazer mais e em maior quantidade cirurgias ortopédicas e têm condições de excelência como ninguém. Da análise do documento chamado “Carta Hospitalar” prevê que os serviços vão ser centralizados no Hospital de Bragança como também prevê e já todos sabem que a maior parte dos utentes, sobretudo os da zona sul, passam a ser encaminhados para Vila Real. Por tudo isso devem rejeitar o documento tal como ele lhes é apresentado.-----

-----**PONTO 2.2 – DEBATE SOBRE A LEI 22/2012, DE 30 DE MAIO, QUE APROVA O REGIME JURÍDICO DA REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, disse que este processo evoluiu, pois neste momento já deviam estar a tomar decisões, mas em face de todo o processo e pelo adiamento que o mesmo teve na Assembleia da República, a Mesa da Assembleia apresenta a seguinte proposta: “- Até ao dia 7 de Setembro fossem apresentadas ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pela Câmara Municipal e pelas Assembleias de Freguesia que entenderem, propostas sobre este assunto; - Posteriormente serão marcadas reuniões da Comissão de Acompanhamento da Reforma do Poder Local para elaboração de uma proposta; - A proposta será agendada para a Assembleia Municipal ordinária de Setembro.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**FERNANDO HUMBERTO GOMES (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Com a publicação da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio o poder legislativo inicia um processo de reordenamento do Poder Local, cuja base de sustentação jurídica assenta basicamente na reorganização das Freguesias, tendo em conta a sua caracterização demográfica e populacional. Com as normas agora publicadas e como fazendo parte integrante do agora publicado texto legislativo e de acordo com os parâmetros definidos, Freguesias com uma densidade populacional muito baixa irão desaparecer através da forma de agregação numa visão demasiadamente milimétrica, nada que se possa convalescer com a nossa realidade. Uma Reforma deve ficar para a posteridade com tempo ilimitado e sem uma visão meramente estática. Senhores Deputados Municipais, o Poder Local democrático sendo na minha perspectiva a maior conquista da revolução de Abril, independentemente do seu ângulo de grandeza, foi o maior responsável pela criação de melhores condições de vida das nossas populações, infraestruturando, criando sustentabilidade, dinamizando democraticamente as nossas populações locais e a sua participação cívica. Senhores Deputados, sou daqueles que desde há muito tempo venho defendendo uma profunda reforma no ordenamento jurídico do Poder Local, desde a Lei Eleitoral, passando pelas atribuições e competências e Finanças Locais. A convivência de 35 anos com o Poder Local é mais do que um motivo suficiente para

ter uma ideia formada sobre o que de bom e de mau o mesmo encerra. A Lei eleitoral em função dos órgãos autárquicos, advém desde 1976 com a publicação do Dec.Lei 701-A e 701-B. Desnecessário será dizer tratar-se de um regime jurídico altamente ultrapassado, tendo em conta as mutações e desenvolvimento das Autarquias Locais. Estou certo de que uma nova geração de gestão territorial, poderá criar mais sustentabilidade autárquica sem no entanto deixar de se perder a sua identidade, os seus valores e tradições mores e atingíveis de uma cultura de um povo. Qualquer reforma deve implicar a acção de todos os agentes activos e passivos, por forma a que lhe possa ser dada a devida consistência. Acabar com o nível mais baixo, mas mais genuíno da democracia portuguesa, que são as Freguesias, não lhe parece ser o caminho mais correcto e o primeiro de uma grande reforma que se pede à Administração Local. Porque entendo, que uma qualquer reforma deve assentar em pressupostos muito mais amplos e nunca ser olhada numa base meramente contabilística, porque entendo que as Juntas de Freguesia do Interior são ainda no momento actual o único e exclusivo elo de ligação das populações, e uma preocupação dos seus direitos e obrigações, apresento desta forma o meu mais profundo desagrado pela possível liquidação das Freguesias no meu Concelho.”-----

-----**MARIA IDÁLIA FERREIRA CORREIA MATEUS (CDU)** – Fez a intervenção que a seguir se transcreve: “ Desde a aprovação desta Lei na Assembleia da República, assistimos a uma atitude de capitulação da ANAFRE, claramente assumida pela maioria PSD, pelo que importa valorizar e dinamizar as acções em curso. A luta em defesa das Freguesias é, e assim deve ser encarada, inseparável da defesa mais geral do poder local – incluindo dos Municípios- e da luta pela rejeição do pacto de agressão e por uma política alternativa e patriótica. A Lei 22/2012, não é por si só, sinónimo de extinção de Freguesias. Com a sua publicação nenhuma Freguesia está automaticamente liquidada. Uma questão que, para lá da sua dimensão legal e processual, encerra um elemento político de enorme alcance: o de, em concreto, ser exigido que, caso a caso, haja partidos que na Assembleia da República tenham de assumir o ónus de associar essa iniciativa à liquidação de cada uma das Freguesias. Questão que, por si só, ajuda a perceber o “convite” que a Lei faz aos órgãos municipais para se envolverem, eles próprios, na liquidação das Freguesias. Atitude que, se for adoptada, transfere o ónus político dos partidos da maioria para as Autarquias; iliba o PSD e CDS (e em muitas situações provavelmente o PS) da responsabilidade de darem a cara por iniciativa direta pela decisão de extinção; faculta aos principais promotores desta ofensiva o argumento de que se limitaram a respeitar e dar expressão à vontade das Autarquias.-----

-----A pergunta que se levanta é: Que resposta dar?-----

-----Dois caminhos têm de ser seguidos: o da luta das populações e o da luta dos órgãos do poder local. Relativamente à luta a travar com e pelas populações deve prosseguir no esclarecimento e dinamizar o potencial de mobilização popular que esta questão encerra; promover a petição nacional lançada pelas plataformas de Freguesias (freguesias sim/freguesias sempre entre outras) e de outras expressões locais que possam estar em curso. Relativamente à luta dos Órgãos Autárquicos assegurar a recusa de envolvimento dos órgãos municipais no processo de liquidação das Freguesias, seja pela simples não pronúncia, seja





por deliberações que assumam explicitamente a rejeição da Lei e confirmem a validade e razões da divisão administrativa hoje existente. Lembrem-se que nenhum Órgão Autárquico foi eleito com mandato para extinguir Freguesias.”-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Entende que a Comissão de Acompanhamento da Reforma do Poder Local, constituída no âmbito desta Assembleia Municipal terá de fazer dentro do calendário previsto, aquilo que lhe é atribuído por Lei, ou seja terá de auscultar as propostas e pareceres das Assembleias de Freguesia e receber também a proposta que a Câmara Municipal também irá fazer. Em função disso, deve reunir todos os dados no sentido de produzir uma proposta a ser apresentada à Assembleia Municipal para poder ser validada. Entende também que esta Lei cria algumas dificuldades em termos de aplicação, mas aparece bastante mais suavizada se a compararmos com o célebre Livro Verde. Como ponto de partida acha que no âmbito da própria Comissão para a elaboração do novo mapa, devem começar por definir claramente aquilo que está na Lei como o lugar urbano de Macedo de Cavaleiros. Todos sabem que Macedo para poder ser cidade, reuniu um conjunto de Freguesias que confinam com a Cidade, no sentido de formar o lugar urbano. No entanto são do entendimento que se isso só valeu para esse efeito e não o deve valer para efeitos de reorganização das Freguesias. Nesse sentido entende a Bancada do PSD que aquilo que é designado como lugar urbano de Macedo de Cavaleiros, deve integrar apenas e só a Freguesia de Macedo de Cavaleiros, porque desta forma levará a uma reorganização das Freguesias com o mínimo de danos e naturalmente com uma melhor e mais eficaz redistribuição do território. Este é um ponto que deve ser de partida, pois sem o qual poderia haver graves mexidas naquilo que é o tecido das Freguesias do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Se for apenas o lugar urbano de Macedo, constituído apenas pela Freguesia de Macedo, o processo tornar-se-á muito mais fácil de executar.-----

-----**Devidamente apreciada a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, sobre este ponto e referente à calendarização a seguir, foi a mesma aprovada por maioria com 67 votos a favor e 2 abstenções.**-----

-----**PONTO 2.3 – PROJETO GEOPARK, TERRAS DE CAVALEIROS**-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto,** apresentou o Sr. Prof. Artur Agostinho de Abreu e Sá, Professor Auxiliar do Departamento de Geologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Licenciado em Biologia e Geologia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Mestre em Geo-ciência – ramo: Ambiente e Ordenamento do Território pela Universidade de Coimbra; Doutor em Geologia pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Presidente do Comité Português para o Programa Internacional de Geo-ciências; Membro de Equipas Científicas de 22 Projetos de Investigação Nacionais e Internacionais; Coordenador Científico e Presidente do Conselho Científico Consultivo do Geopark de Arouca; Membro da Comité de Coordenação da Rede Europeia de Geopark’s; Membro representante dos Professores e Investigadores na Assembleia de Escola de Ciências da Vida e do Ambiente da UTAD e Autor e Co-autor de mais de 140 publicações científicas em livros, capítulos de

livros, revistas nacionais e internacionais e resumos de Congressos nacionais e internacionais. Sem mais passou de imediato a palavra ao Prof. Artur Agostinho de Abreu e Sá.-----

-----**Prof. Artur Agostinho de Abreu e Sá** - Cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite que lhe foi endereçado para estar nesta sessão da Assembleia Municipal e poder de uma forma simples, explicar o que é um Geopark. Enquanto mentor pela criação do Geopark de Arouca e responsável científico do mesmo e enquanto membro do Comité de Coordenação da rede europeia de geoparques, é também sua função contribuir para que o movimento geopark se afirme em Portugal e no mundo e por isso estar ali, significa dar cumprimento a esse tipo de acção.-----

-----Fala-se em geoparque quando há um património geológico que engloba não só os monumentos e conteúdos dos museus, mas também o património biológico, as aves, a botânica, os mamíferos, etc.-----

-----Estas características têm importância internacional, nacional e também regional e local. Não é o facto de terem uma ocorrência em Macedo de Cavaleiros e que seja igual a uma que tenham em Bragança, que deixa de ser importante por isso, porque a nível local é de facto muito importante. O mesmo se passa quando falam das ocorrências de valor internacional e de facto Macedo de Cavaleiros tem ocorrências geológicas de valor internacional, reconhecidas a nível mundial. Quando falam de património geológico falam daquelas ocorrências que no fundo os fazem olhar para as rochas, como se de um livro se tratasse, o maior de todos, o mais antigo e o mais maravilhoso de todos os livros. Terá quatro mil e seiscentos milhões de páginas de histórias, se entenderem cada página como a história de um ano, pois cada rocha preserva em si a história que levou à sua criação. -----

-----Em 1996 no Congresso Mundial de Geologia que decorreu em Pequim na China, alguns colegas começaram a questionar e a repensar as coisas, qual será a perceção pública da geologia e das ciências da terra e o que é que as pessoas pensam da geologia e das ciências da mesma. Pessoalmente tem bastante experiência de campo e já teve situações curiosas e muito engraçada. Um pastor meteu conversa com ele para lhe dizer que lhe parecia um pouco maluco, pois tinha passado o dia a partir pedra à martelada e a seguir tirava fotografias ao martelo. Isto denota a falta de diálogo e a dificuldade de perceção do trabalho realizado pelo geocientista. Começaram a pensar se isto deverá ser uma coisa só para cientistas, será que deve ser preservado quando falam de património e será que deve ser amado? Começaram a questionar-se de que forma poderiam comunicar a sua importância e foi com base nestas questões quase de natureza existencial, que se começou a questionar a importância da valorização e preservação do património geológico. No ano 2000 estes mesmos cientistas que entretanto estavam ligados a projectos de desenvolvimento territorial em França, Alemanha, Espanha e Grécia, pegaram nesta ideia e pensaram por que razão não pomos estas questões e as soluções para elas, ao serviço das pessoas e das comunidades? E assim decidiram criar os geoparques.-----

-----Um Geopark é uma área, um território sem grades nem redes à volta. É um território que tem património geológico singular e de relevância internacional Macedo de Cavaleiros tem



este património, mas só isto não é suficiente, tem de ser também um território onde exista um plano ou uma estratégia de desenvolvimento que envolva activamente as comunidades locais, em suma, é um projecto feito com pessoas e para as pessoas. Isto não é um parque natural, nacional, nem uma área de paisagem protegida, aquilo que se pede é um projecto de desenvolvimento que envolva ativamente as comunidades locais. Além disso e por isso o geoparque deve usar o seu património geológico como ferramenta primária de promoção, mas deve também dar atenção especial e promover as ocorrências arqueológicas, ecológicas, históricas e culturais do território em questão. Se quiserem em Portugal um bom sítio para fazer um geoparque, na sua opinião será em Macedo de Cavaleiros, pois além de reunir um património geológico de exceção, tem também a arqueologia, a ecologia a história e uma cultura verdadeiramente singular. Actualmente existe uma rede global de geoparques sob os auspícios da UNESCO e neste momento há negociações ao mais alto nível no sentido de até 2015 se conseguir que passe a ser programa oficial da UNESCO. Há neste momento um problema de dinheiro, em grande parte devido à retirada dos Estados Unidos de principal financiador da UNESCO, não só de deixarem de por dinheiro, mas também porque nos últimos três anos deixaram de pagar o que deviam ter pago. Contudo, isto está a ser discutido dentro da UNESCO e tudo indica que se consiga atingir esse desidrato antes de 2015.-----

-----Em Macedo de Cavaleiros podem ver um vasto conjunto de geosítios que não estão só na região do chamado maciço de Morais. Alguns são tão excepcionais e tão importantes que de tal forma estão propostos para que os membros da Assembleia, por proposta da Câmara Municipal, sejam classificados como monumento natural local, pois são únicos no País e a nível mundial. Necessitam apenas de uma regulamentação municipal de protecção. Além disto há também um histórico no território pois Macedo de Cavaleiros, há muito que anda na órbita daquilo que poderia ser um Geopark e há muito tempo que fazem visitas guiadas do programa de geologia no Verão. Já está definida uma rota geológica, já estão identificados os geosítios dispersos por todo o concelho e está já na fase final o Centro Interpretativo de Morais, o Centro de Acolhimento de Salselas, os percursos pedestres, a gestão da flora e o sitio na internet. Isto já é trabalhar como um geoparque. Já em 2010 receberam a menção honrosa do prémio geoconservação e tudo isto conta e é importante.-----

-----Considera importante que quando se fala em Geopark, se fala também na escola como parceiro activo neste projecto e na participação das pessoas e envolvimento da comunidade no território, pois no fundo são elas as traves mestras do território. Não é só a geologia, a arqueologia, a botânica é sim tudo isto. Um geoparque não é portanto uma instituição isolada num território, exige a participação de todos.-----

-----Terminou dizendo que um Geopark é um projecto para gerações, não é um projecto político de 4 anos, obviamente pode depender de compromissos políticos e Macedo de Cavaleiros deu um óptimo exemplo quando o Sr. Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros estiveram presentes na reunião da rede global de geoparques que decorreu no Japão. Ao participarem abriram caminho para um projecto que sendo de gerações é cíclico e haverá momentos em que irá ser carregado por tudo e por

todos.-----

-----Desafia todos os presentes que sejam os responsáveis para tornar vibrante e vivo o território de Macedo de Cavaleiros através deste projecto que se chamará “Geopark, Terras de Cavaleiros” e funcionará como um cimento que liga muitas das coisas que já têm.-----

-----Despediu-se de todos e agradeceu a oportunidade de estar presente nesta Assembleia Municipal.-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----Devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal usou da palavra o **Vereador da Câmara Municipal, Sr. Rui Manuel Rodrigues Vaz**, que informou que os Vereadores do Partido Socialista tinham tido a oportunidade de juntamente com a Câmara Municipal visitar o Geopark que existe em Arouca. Disse também que como habitualmente passa, o papel da oposição não é só estar de oposição aos projectos e ideias da autarquia e é precisamente por causa disso que pediu para intervir. A Câmara Municipal colocou-os ao corrente daquilo que era a sua pretensão com este projecto, e forneceu-lhes um documento onde este lhes foi apresentado. Depois de feita a apresentação pelo Sr. Prof. Agostinho de Abreu e Sá, nomeadamente quando referiu que: “...este é um projecto de gerações...”, disse que o Partido Socialista também o entende assim; e que “...não deve ser objecto de arma de arremesso político...” afirma que com os Vereadores do Partido Socialista não o vai ser; disse também “...que devia ser um projecto visto de forma holística...”, disse que também fazem parte desse todo. E quando depois o Prof. remata, “...se isto iria ser uma utopia ou uma realidade...”, deixou o testemunho que para o futuro e para o Partido Socialista este projecto será uma realidade, porque o entendem de interesse para o concelho, e terá com certeza uma influência direta na economia do concelho nas diversas vertentes. Deixa o testemunho que nem sempre a oposição está lá só para dizer que está mal, mas também de dizer que o que está bem feito, está bem feito. Este projecto terá todo o apoio dos Vereadores do Partido Socialista, tanto no presente como no futuro.-----

-----**PONTO 2.4 – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA e), N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----Pelo Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a actividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta acta.-----

-----**Abertas as inscrições, usou da palavra:**-----

-----**MARIA MANUELA DOS SANTOS (PS)** – Sobre a informação do Sr. Presidente da Câmara à Assembleia Municipal referiu que gostaria de saber em que ponto da situação se encontra a Central de Camionagem e o Campo de Golfe. Pretende ainda ser informada porque razão, o espaço onde funcionava o Salta Pocinhas, foi ocupado pela Rádio Onda Livre.-----

-----Sobre o assunto “Estudo para a Carta Hospitalar”, disse o seguinte: “ quero agradecer as palavras do Deputado Municipal, Afonso Ruano. Quando eu defendi aqui o mesmo que o



senhor defendeu aqui, alguém que eu era sonhadora demais, mas esse é o meu sonho e ainda vai um pouco mais longe. Também já disse nesta Assembleia que quando eu era criança a minha mãe sempre me transmitiu que o povo transmontano, era um povo com garra. -----

-----Sejamos esse povo com garra, não esperemos que as soluções venham de cima e sejamos nós a apresentar essas soluções. Não seria descabido que as pessoas que pertencem à Comissão de Saúde se juntassem a outras pessoas do Distrito e construíssem um “documento”, em que fosse definitivamente dito o que se quer para a saúde e para o nosso Distrito.”-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, neste momento deu a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que sobre a Central de Camionagem, informou que na véspera do auto de consignação a empresa faliu o processo parou. Agora com a nova situação em termos de QREN, não sabe quais são as perspectivas no que diz respeito ao modelo de financiamento. Quanto ao Campo de Golfe disse que o projecto está congelado desde o início do ano, não havendo da parte do Governo e do Ministério do Desporto nenhuma abertura para neste momento discutir o assunto. Sobre o Salta Pocinhas disse que a mudança do mesmo para as novas instalações do Polo Escolar foi a mais acertada, uma vez que as instalações são ótimas e de maior qualidade. Ficando o pré-fabricado vazio, entenderam que o espaço poderia ser ocupado pela Rádio Onda Livre, e foi isso que aconteceu.-----

-----**PONTO 2.5 – REGULAMENTO DAS HORTAS URBANAS DE MACEDO DE CAVALEIROS – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 2 DO ART.º 53.º, CONJUGADO COM O PREVISTO NA ALÍNEA A), N.º 6 DO ART.º 64.º, AMBOS DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2012.06.11, que se transcreve: “REGULAMENTO DAS HORTAS URBANAS DE MACEDO DE CAVALEIROS-----

-----Sobre o assunto presente a informação n.º 25, de 2012.05.05, da Unidade de Administração, que se transcreve: “Por deliberação da Câmara Municipal de 2012.04.03 foi aprovado o projecto de Regulamento das Hortas Urbanas de Macedo de Cavaleiros. Foi sujeito a apreciação pública através da publicação no Diário da República, 2.ª Série, n.º 77, de 18 de Abril de 2012, conforme estipula o artigo 118.º do CPA. Dentro do prazo dos 30 dias, contados da data da publicação deste projecto de regulamento, não foram apresentadas, pelos eventuais interessados, sugestões. Relativamente à versão do projecto aprovado pela Câmara Municipal no preâmbulo, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 118 do CPA, tem de ser referido que “foi dado cumprimento ao estatuído no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo”. O artigo 13.º deve ter a seguinte redação: “O presente regulamento será publicitado no sítio da Internet do Município e por edital”. O artigo 14.º, conforme previsto no n.º 4 do art.º 55.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, terá que ter a seguinte redação: “O presente regulamento entra em vigor 15 dias úteis após a sua publicação”. Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, deve a

Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal a aprovação deste regulamento”-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Após ter sido dado cumprimento ao estatuído no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara Municipal por unanimidade, deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Regulamento das Hortas Urbanas de Macedo de Cavaleiros, nos termos da alínea a), n.º 2 do art.º 53.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que aqui se dá como integralmente transcrito, ficando cópia do mesmo, devidamente rubricada pelos membros do Executivo, arquivada na pasta correspondente a esta reunião.”-----

-----**Abertas as inscrições, usaram da palavra:**-----

-----**JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA MADALENA (PSD)** – Disse que é um ponto que acolhe com muito agrado, pois esta questão já não passa por ser uma questão de moda, mas sim de mudança de paradigma numa sociedade. As pessoas já se começam a interessar novamente pela agricultura nomeadamente os jovens. Acha por isso importante que este projeto vá para a frente. Também concorda com a localização que será, tanto quanto sabe, próximo do Parque da Cidade.-----

-----**DELIBERAÇÃO:** **Apreciado o assunto a Assembleia Municipal por maioria com 68 votos a favor e uma abstenção da Deputada Municipal, Maria Idália Ferreira Correia Mateus, deliberou nos termos da alínea a), n.º 2 do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar o Regulamento das Hortas Urbanas de Macedo de Cavaleiros, que aqui se dá como integralmente transcrito ficando cópia do mesmo devidamente arquivado na pasta correspondente a esta reunião.**-----

-----**PONTO 2.6 – 4.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO 2012/1.ª REVISÃO – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA b), N.º 2 DO ARTIGO 53.º CONJUGADO COM O PREVISTO NA ALÍNEA a), N.º 6 DO ARTIGO 64.º, AMBOS DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, ALTERADA E REPUBLICADA PELA LEI N.º 5-A/2002, DE 11 DE JANEIRO**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2012.06.11, que se transcreve: “4.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E OPÇÕES DO PLANO 2012 – 1.ª REVISÃO-----

-----Sobre o assunto presente a informação n.º 16, da Unidade de Finanças e Património, que se transcreve: “*Presente, proposta de Revisão às Opções do Plano e Orçamento de 2012(1.ª Revisão), constituída pela Revisão aos Orçamentos da Receita e da Despesa. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA – INSCRIÇÕES / REFORÇOS: no valor de quinhentos mil euros. REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA – INSCRIÇÕES / REFORÇOS: no valor de quinhentos mil euros. Compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e do desenvolvimento, submeter a presente proposta de Revisão à aprovação da Assembleia Municipal, conforme preconiza a alínea c) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99,*



de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro”.

Relativamente ao assunto o Sr. Director do Departamento de Administração e Finanças deu o seguinte parecer, que se transcreve: “Concordo com a Revisão aos Orçamentos da Receita e da Despesa conforme ao proposto a aprovar nos termos legais indicados”.

**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, nos termos do disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º conjugado com o previsto na alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Câmara Municipal deliberou submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 1.ª Revisão às Opções do Plano e Orçamento, aprovada por maioria de quatro votos a favor do Sr. Presidente da Câmara, Vice-Presidente e dos Srs. Vereadores Sílvia Garcia e Carlos Barroso e três votos contra dos Srs. Vereadores, Rui Vaz, Gilberto Galhardo e Maria Adelaide, que declararam que votaram contra por uma questão de coerência, uma vez que votaram contra a aprovação das Opções do Plano e Orçamento de 2012.”

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**

**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto, a Assembleia Municipal por maioria com 49 votos a favor e 20 votos contra dos Srs. Camilo Morais, Joaquim Seabra, Benjamim Rodrigues, Jorge Asseiro, Manuel Mico, Manuela Santos, Manuel Carvalho, Fernando Gomes, Celina Martins, Pedro Mascarenhas, Isabel Costa, Luís Vaz, Carlos Camelo, Luís Baptista, Maria José Lima, António Gonçalo, Helena Seabra, António Oliveira, Virgínia Sousa e Maria Idália Mateus, deliberou aprovar a 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano 2012.

**Fez declaração de voto:**

**LUÍS ADELINO BATISTA (PS)** – “Votamos contra a 4.ª Modificação – 1.ª Revisão, pelo facto de já termos votado contra o Orçamento e Opções do Plano.”

**PONTO 2.7 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA DE DEDICAÇÃO DE BONS SERVIÇOS, GRAU OURO, AO FREI FRANCOLINO JOSÉ GONÇALVES – EMISSÃO DE PARECER NOS TERMOS DO ART.º 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS**

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2012.04.03, que se transcreve: “ PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE DEDICAÇÃO E BONS SERVIÇOS, GRAU OURO, AO FREI FRANCOLINO JOSÉ GONÇALVES

Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara, que se transcreve: “A Medalha de Dedicção e Bons Serviços, nos termos do artigo 29.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros, “destina-se a galardoar pessoas que, no cumprimento dos seus deveres, se tenham revelado e distinguido, exemplarmente, pelo zelo, competência, decisão e espírito de iniciativa”. Considerando que o Frei Francolino José Gonçalves, nascido no dia 28 de Março de 1943, na Freguesia de Corujas, do concelho de

*Macedo de Cavaleiros, tem, ao longo da sua vida, denotado aqueles atributos proponho que, nos termos do art.º 2.º do Regulamento citado, a Câmara Municipal delibere atribuir-lhe a Medalha de Dedicção e Bons Serviços. A vida de zelo, competência e espírito de iniciativa do Frei Francolino José Gonçalves manifesta-se particularmente quando, após ter concluído os estudos de Teologia na Faculté de Théologie, em Ottawa (Canadá), vai para Jerusalém, em Outubro de 1969, para investigar a História da Salvação, em particular o conceito de Salvação. Na Escola Bíblica assumiu responsabilidades na orientação da mesma, da Revue Biblique e das suas publicações científicas. Obteve o Doutoramento em História e Filosofia Orientais, na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Católica de Lovaina (Bélgica) e ainda o grau de Doutor em História Antiga na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Em Novembro de 2008 o Papa Bento XVI nomeia-o membro da Pontifícia Comissão Bíblica, reconhecendo o seu trabalho nesta área. Foi o primeiro Português a ser escolhido para esta instituição. A Academia Pedro Hispano, fundada em 2008 atribuiu a Frei Gonçalves, em 19 de Outubro de 2011, por unanimidade, um “Prémio que visa homenagear uma personalidade que se destaque pelo contributo dado ao conhecimento da cultura portuguesa na sua relação com a cultura de outros povos”.*-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou atribuir a Medalha de Dedicção e Bons Serviços ao Frei Francolino José Gonçalves.”-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciada a proposta a Assembleia Municipal por maioria com 67 votos a favor e 2 abstenções, deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha de Dedicção e Bons Serviços, Grau Ouro, ao Frei Francolino José Gonçalves.-----

-----**PONTO 2.8 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO, GRAU OURO, À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MACEDO DE CAVALEIROS – EMISSÃO DE PARECER NOS TERMOS DO ART.º 2.º DO REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HOMORÍFICAS**-----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto, colocou à apreciação do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião realizada em 2012.04.17, que se transcreve: “PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DA MEDALHA DE MÉRITO, GRAU OURO, À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MACEDO DE CAVALEIROS-----

-----Sobre o assunto presente a Proposta, que se transcreve: “ *A Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, foi criada em 1927. Antes de ter centrado a sua acção no âmbito do apoio aos idosos teve um papel relevante na área da saúde. Em 1929, dois anos após a construção do hospital, foi-lhe entregue a sua gestão. Neste âmbito, a sua acção não se circunscreveu apenas à gestão hospitalar. Fornecia medicamentos, leite, pão e carne aos doentes externos considerados pobres. Com a nacionalização do hospital em 1976, a Santa Casa orientou a sua acção, predominantemente, para os idosos e criou um pequeno Lar, com 9 camas que esteve em funcionamento até à construção das actuais instalações. Este*





*equipamento veio permitir alargar a sua acção social através do apoio domiciliário e do Centro de Dia. Mais recentemente, em Setembro de 2010, inaugurou o Lar do Lombo com capacidade para 55 utentes em lar e 40 em apoio domiciliário. O Lar da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, sito na Rua Viriato Martins, comemora, no dia 28 de Junho de 2012, 25 anos de existência ao serviço dos mais idosos. Por considerar adequado proponho, nos termos do artigo 20.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros, que seja atribuída a Medalha de Mérito, Grau Ouro, à Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros já que, nos termos do artigo citado a Medalha de Mérito se destina a “distinguir as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos actos advenham assinaláveis benefícios para o Concelho de Macedo de Cavaleiros, melhoria nas condições da vida da sua população, desenvolvimento ou difusão da sua arte, divulgação ou aprofundamento da sua história, ou outros de notável importância que justifiquem este reconhecimento”.*-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciado o assunto a Câmara Municipal por unanimidade dos seis membros eleitos presentes, deliberou atribuir a Medalha de Mérito, Grau Ouro, à Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros.-----

-----Mais foi deliberado para efeitos do art.º 2.º do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Macedo de Cavaleiros, remeter o assunto à Assembleia Municipal para emissão de parecer.-----

-----**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.**-----

-----**DELIBERAÇÃO:** Apreciada a proposta a Assembleia Municipal por maioria com 68 votos a favor e 1 abstenção, deliberou dar parecer favorável à atribuição da Medalha de Mérito, Grau Ouro, à Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Conforme estipula o n.º 1 do artigo 84º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Exmº Sr. **Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no **público** que quisesse neste momento intervir. -----

-----Usou da palavra:-----

-----**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO** – Começou por dizer que gostou muito da intervenção sobre o Geopark, que aproveitou para generalizar questões que lhe são muito gratas. Tal como também gostou das intervenções sobre as questões de saúde dos Deputados Municipais, Benjamim Rodrigues, Manuela Santos e Afonso Ruano. No entanto parece-lhe que estão a esquecer-se do que é mais importante, que são as pessoas, porque estas estão em 1.º lugar e estão à frente da política e das intenções partidárias. Aquilo que molesta sucessivamente decisões operacionais e funcionais para a saúde do Distrito de Bragança, entre outros Distritos do País, é sempre de um mal partidário. Não tem nada contra os partidos, identificando-se em muitos ideais com pessoas do PSD, do CDS, do PS e do PCP, não sendo da sua parte, nem defeito nem virtude é só uma característica de não gostar de ser filiado. Ouviu aqui várias posições sobre o Estudo da Entidade Reguladora da Saúde, em 1.º

lugar o que cabe aos Transmontanos e em particular aos macedenses, é saberem aquilo que querem, que foi aquilo que enquanto espectador atento desta Assembleia Municipal, não percebeu. Afinal o que pretendem os macedenses? Será que querem um Hospital altamente especializado, um Hospital de referência ou um Centro de Urgência médico-cirúrgica? A primeira coisa que têm de definir e em tempos já reflectiram muito sobre isto, é aquilo que querem. A segunda coisa é informarem a população, envolvê-la naquilo que lhes parecer que será a melhor solução para o concelho e também para o Distrito de Bragança e quem sabe articulá-la com os outros. Sem a população informada, poderão correr o risco, como correram hoje nesta Assembleia, de se absterem na votação de numa moção, que aos seus olhos não vislumbra qualquer motivo para a abstenção de parte da bancada do PSD. O que lhe parece é que as pessoas continuam a estar mal informadas sobre a questão da saúde e isto acontece, no seu ponto de vista, porque ao fim de 30 anos de democracia, continuam a pensar que quem está em Lisboa decide bem, mesmo que sejam eles da terra, como é o caso do Dr. Adão Silva, que esteve no Governo no setor da saúde. Na altura não subscreveu a moção apresentada pelo Deputado Municipal, Benjamim Rodrigues, porque não concordava com os princípios, como também não concorda com a situação actual. A partir do momento em que definirem o que querem, devem envolver a população, a sociedade civil, as associações empresariais, as associações comerciais e as associações de utentes, ou seja todo o tipo de envolvimento da sociedade civil para auscultarem até que ponto essa intenção serve de facto os interesses da população. A partir daí, é que podem e devem levar esses interesses a reuniões mais alargadas.-----

-----Relativamente à questão da saúde no Distrito de Bragança não vê mudança nenhuma, estando no Governo o PS ou PSD. Aquilo que vê são decisões que passam transversalmente de partido para partido e beneficiam sempre os mesmos, o Hospital de Bragança, porque é a capital do Distrito e nunca pensam na racionalidade da saúde. Nesta Assembleia continua a ver um ponto de interrogação muito grande sobre aquilo que Macedo quer para a saúde e isso é mau, porque deixam esta decisão nas mãos do Sr. Presidente da Câmara, dos Srs. Deputados à Assembleia da República e nas mãos dos Governantes. Todos sabem tão bem quanto ele, que as decisões políticas têm servido durante os 30 anos de Democracia em Portugal, essencialmente para pagar favores de participação pública e política, e nisso, ele está fora.-----

-----**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, substituto**, avisou o Sr. Acácio Espírito Santo que esta Assembleia tem todo o gosto em dar-lhe a palavra sempre que o solicitar, pois é uma forma de enriquecimento para a Assembleia Municipal e está previsto no Regimento deste Órgão. No entanto, como bem compreenderá, as intervenções enquanto público ou enquanto membro da Assembleia Municipal, são diferentes. Relativamente ao público, o Regimento prevê que este seja um espaço aberto para as pessoas que não tenham outra forma de o fazer, mas a mesa futuramente não irá permitir que se façam, nesta altura, apreciações sobre aquilo que foi a intervenção de cada Deputado nesta Assembleia Municipal. Cada um dos eleitos presentes tem um só escrutinador que é o eleitorado do Concelho e não



pode aceitar que venham aqui dar lições.-----  
-----Finalmente foi posto à votação para **aprovação em minuta**, das moções e dos pontos 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 desta ordem do dia, tendo sido aprovado por unanimidade. -----  
-----**Eram vinte e uma horas e não havendo mais nada a tratar, foi pelo Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente acta, que vai ser assinada pelos Ex.mos. Presidente, 1º e 2º Secretários.**-----

---

---

---